

DIAGNÓSTICO, ESTRATÉGIAS E CAMINHOS PARA A MUSICOLOGIA HISTÓRICA BRASILEIRA¹

Pablo Sotuyo Blanco²
psotuyo@ufba.br

Apresentação

Para podermos determinar quais os caminhos que a musicologia histórica brasileira poderia ou deveria percorrer neste novo século, é mister lançarmos um olhar atento ao seu passado para assim compreender o presente que dele resultou.

1. Diagnóstico do Passado: da musicologia no Brasil à musicologia brasileira

Ao se fazer o levantamento dos escritos relativos à música no Brasil, podem ser estabelecidas duas grandes etapas.

A primeira das etapas pode-se definir como pré-musicológica e inclui três grandes conjuntos documentários: a) crônicas descritivas do novo cenário; b) biografias de vultos representativos da cultura; c) trabalhos de cunho historicista. Cada um desses conjuntos satisfaz as necessidades sócio-políticas das respectivas épocas, desde as descrições do encontro do homem branco com o novo mundo a ser colonizado, até os esforços de afirmação nacionalista realizados com critérios eurocentrados e evolucionistas.

A etapa musicológica em si começa durante a década de 1940, quando o pesquisador teuto-uruguaio Francisco Curt Lange desenvolveu suas atividades no Brasil, dando início assim à primeira das três épocas em que pode se dividir este novo período.

É inegável a importância que dito pesquisador teve para o estabelecimento da musicologia histórica no Brasil, centrando o foco do seu trabalho na fonte documental enquanto fundamento da pesquisa. Foi a partir dos seus trabalhos, que constituem um importante chamado de atenção para o passado musical de áreas não metropolitanas do Brasil

daquela época, que se estabeleceram às características fundamentais da prática relativa à pesquisa musicológica histórica (e arquivística) das décadas seguintes.

Em meados da década de 1960, a musicologia histórica vivenciou, no Brasil, o início de uma prática mais fortemente apoiada em conceitos e metodologias científicas, com um marcado interesse pela crítica e revisão de fontes, embora ainda estivesse fundamentada em princípios positivistas.

Todo o processo até aqui descrito teve, nos seus aspectos organizacionais e políticos, uma marcada e forte tendência centralizadora, ao redor da qual se procurava manter (e fortalecer) a visão monolítica, de cunho metropolitano, da música no Brasil.

A necessária revisão conceitual e crítica interna da prática musicológica no Brasil, só aconteceria a partir da década de 1990 quando, no meio do estabelecimento definitivo das “outras” musicologias – a etnomusicologia e a musicologia sistemática – enquanto áreas de conhecimento acadêmicas, a musicologia histórica passa a ser muito mais reflexiva e crítica, e as ações e eventos começam a ter, em termos gerais, um caráter menos centralizador, mais centrífugo e participativo. Este processo viu-se apoiado e fortalecido pelo desenvolvimento dos programas de pós-graduação, pelo surgimento de publicações especializadas em pesquisa em música, assim como pela proliferação de encontros regulares tanto no nível nacional quanto regional.

A última década, aproximadamente, foi testemunha do estabelecimento das primeiras ações coletivas de pesquisa e dos primeiros posicionamentos éticos profissionais também coletivos, visando transformar definitivamente a musicologia histórica no Brasil em musicologia histórica brasileira.

Um balanço rápido dos últimos sessenta anos do século XX, permite reconhecer uma série de conquistas tais como: a) o estímulo a pesquisas novas e descentralizadas; b) o aumento da comunidade acadêmica envolvida; c) o crescimento do apoio institucional (público e privado) aos eventos, ações e pesquisas; d) o aumento no número dos eventos da área; e) o aumento no número das publicações e na divulgação; tendo como resultado, f) uma presença internacional mais constante e forte nos foros e âmbitos correspondentes.

Mas as derrotas também são reconhecíveis. O centralismo metropolitano tanto no plano institucional e acadêmico quanto no que diz

respeito às diversas políticas que atingem as atividades musicológicas em geral, desenvolveu um certo desrespeito pelas áreas não metropolitanas (ou periferias), criando um sistema de privilégios e exclusões que amparou o sistemático deslocamento de fundos documentais (tanto de caráter institucional quanto pessoal) de forma arbitrária.

2. A musicologia histórica na Bahia - um exemplo de periferia

Os arquivos baianos têm sido fonte de múltiplas pesquisas por parte de muitos pesquisadores. Mas a musicologia histórica, na Bahia, demorou muito tempo a se consolidar como área acadêmica de pesquisa e a tal riqueza documental foi poucas vezes reconhecida ou dignificada.

Na revisão da literatura existente, pode-se conferir que os arquivos baianos de música foram assunto de pesquisa em música desde mais de um século. Os documentos neles depositados foram estudados tanto por pesquisadores brasileiros quanto por estrangeiros. Entre os brasileiros, podem-se contar baianos (como Manuel Querino, Guilherme de Mello, Sílio Boccanera Jr., Conceição Perrone, Manuel Veiga, Ilza Nogueira e Edmundo Hora, entre tantos outros) quanto por pernambucanos (Jaime C. Diniz), paulistas (Régis Duprat e Paulo Castagna), cariocas (José Maria Neves, Adeilton Bairral), paranaenses (Rogério Budasz), entre os mais significativos.

Mas nem sempre houve um retorno direto dessas ações para os acervos pesquisados ou para a comunidade envolvida. Em alguns dos casos, a falta de retorno foi, por assim dizer, o menor dos problemas.

Seguindo a inércia dos “deslocamentos” acontecidos, certos documentos foram também “deslocados” - em nome da melhor preservação dos originais - para serem produto de estudos e divulgação, em eventuais melhores condições acadêmicas e/ou mercadológicas nas diversas metrópoles.

Essa atitude de “coleccionismo deslocador”, prática infelizmente comum entre certos musicólogos históricos do Brasil e da América toda, pretensamente justificada por uma suposta supremacia de capacidade e infra-estrutura aceita, ou tolerada pelos baianos, deveria ser rejeitada de plano pela aculturação (no sentido de esvaziamento e de perda da memória cultural) que significa para a Bahia e para o Brasil como um todo.

De que adiantaria produzir conhecimento e cultura na Bahia (ou em qualquer outro Estado periférico – como Goiás, por exemplo) se eles devessem ser sistematicamente “deslocados” e “promovidos” a depósitos das metrópoles brasileiras ou estrangeiras para ganhar “durabilidade” ou permanência? Eis o visível prejuízo que essa região ganha a partir do preconceito de um Brasil que ainda custa em se assumir como plural e se articular na sua múltipla dimensionalidade.

O *status quo* de aceitação ou “convivência” com tais práticas metodológicas (compreendidas como resultado da influência museística e “coleccionista” franco-germânica em relação às culturas “externas”) fez parte da negligência local e regional em relação aos arquivos baianos, os quais ainda se ressentem das “doações” e “vendas” de documentos locais, realizadas com particulares e/ou instituições metropolitanas.

Por outro lado, constata-se uma atitude de negação ou negligência por parte de certos pesquisadores em relação a tais arquivos quando desenvolvem visões panorâmicas da pesquisa no Brasil e não mencionam nenhum arquivo baiano ou pesquisa relativa à Bahia, negligenciando tanto as referências que Jaime C. Diniz fez aos arquivos da Santa Casa da Misericórdia, da Sé Metropolitana de Salvador, e/ou do Arquivo Histórico Municipal, quanto às que eles mesmos e/ou os seus orientandos realizaram de materiais oriundos de arquivos eclesiásticos de Salvador, inclusive durante o saudoso arcebispado de Dom Lucas Moreira Neves.³ É como se, depois do “deslocamento” a lembrança das origens não importasse mais. Como se a Bahia (ou qualquer outro Estado brasileiro periférico) não existisse ou contasse em termos arquivísticos.

3. Estratégias para o presente da musicologia histórica brasileira

Entre as estratégias possíveis para o desenvolvimento presente da musicologia histórica brasileira dever-se-ia incluir:

a) o incentivo e fortalecimento da descentralização da pesquisa, do ensino e da extensão relativas à essa área de conhecimento, assim como das instituições envolvidas (acadêmicas, sociais, de classe – como a Sociedade Brasileira de Musicologia, por exemplo) e dos investimentos diretos ou indiretos na área;

b) o estabelecimento de políticas e ações de resguardo das “periferias” culturais e históricas, com a necessária e conseqüente conscientização relativa ao Patrimônio Musical (material e/ou imaterial), apoiando e desenvolvendo diversos tipos de estratégias de resguardo desse patrimônio, através da criação de ONGs – ou semelhantes – e/ou de outras instituições como, por exemplo, Centros de Documentação Musical de caráter misto e inter-institucional, podendo envolver organismos estaduais e/ou federais, de natureza conexa aos objetivos propostos;

c) programas de capacitação profissional em musicologia histórica assim como em disciplinas conexas (tais como Arquivologia e Biblioteconomia Musical, Edição e Editoração Musical, por exemplo), contemplando a inclusão e uso de novas ferramentas disponíveis (Informáticas, Analíticas, de Busca, etc.);

d) estimular o estabelecimento de programas de cooperação interinstitucional, tanto direta (*in loco*) quanto virtual (em rede via Internet), a fim de fomentar o desenvolvimento de projetos e ações multi e interdisciplinares.

À guisa de exemplo, na intenção de concretizar tais anseios musicológicos no âmbito do Estado da Bahia, o Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal da Bahia iniciou, em maio de 2003, o projeto “O Patrimônio Musical na Bahia” (em diante PMBa) com apóio da CAPES. Dito projeto institucional visa a consolidação da pesquisa musicológica na UFBA e no Estado, através de uma série de ações (levantamento, catalogação, estudo analítico e divulgação de fontes documentais musicais e bibliográficas constantes na Bahia) e eventos (palestras, conferências, congressos, encontros, concertos e comemorações diversas) que serão realizadas no período 2003-2007, duração máxima prevista do projeto.

Este projeto, coordenado nos seus aspectos executivos e da pesquisa por mim, a fim de atingir os seus objetivos de forma definitiva, foi articulado em quatro etapas anuais, realizadas sempre entre maio de um ano e abril do ano seguinte, segundo o detalhe seguinte: 1ª Etapa - 2003-2004 – Chamado de atenção regional e nacional; 2ª Etapa - 2004-2005 – Afirmação regional e articulação federal; 3ª Etapa - 2005-2006 – Expansão acadêmica internacional; 4ª Etapa - 2006-2007 – Fim de uma etapa... Começo de outras...

4. Resultados da Etapa 1 e Estratégias da Etapa 2 do PMBa

Durante o “Chamado de atenção regional e nacional” foi realizada uma prognose arquivística relativa à música (tendo-se estimado um volume de mais de dois mil arquivos a serem pesquisados), iniciou-se o desenvolvimento dos aspectos pedagógicos em nível terciário (ministrando diversas disciplinas de caráter estratégico na graduação como na pós-graduação), assim como começaram a se desenvolver pesquisas especificamente em musicologia histórica, ao tempo que se promoveram projetos de ações conexas aos objetivos maiores do PMBa.

Desde o início estabeleceram-se contatos à procura de parcerias estratégicas, tanto de caráter interno dentro da UFBA (com o Sistema de Bibliotecas e o Centro de Processamento de Dados, dentre outras), quanto de caráter externo de diversa natureza (oficial, pública, eclesiástica, privada e/ou institucional).

Entre as atividades desenvolvidas, destacam-se:

a) pesquisas relativas a práticas até então não suficientemente estudadas (i.e. a prática musical das Novenas em Salvador e no Recôncavo Baiano), assim como de caráter biográfico e estilístico de compositores baianos dos séculos XIX e XX (i.e. Damião Barbosa de Araújo, João Manoel Dantas, Manoel Tranquillino Bastos, dentre outros);

b) levantamento de acervos diversos, entre os quais se destacam os projetos “Arquivos musicais da Polícia Militar” (2003), “Arquivos de Filarmônicas” (2003), e o anteprojeto do “Sistema Integrado de Catálogos de Acervos Musicais na Bahia - SICAMB” (2003). Tais projetos tenderam ao aproveitamento ergonômico dos recursos humanos e financeiros disponíveis, no intuito de estabelecer estratégias interinstitucionais de proveito recíproco;

c) divulgação constante da produção de conhecimento, tanto através de publicações diversas (eletrônicas, digitais e em papel) incluindo a edição e divulgação de fontes documentais, estabelecendo critérios consistentes de processamento e disseminação da informação, quanto pela participação regular em eventos científicos da área (nacionais e internacionais); e

d) colaboração com outras pesquisas concomitantes, tanto dentro quanto fora da UFBA. Entre tais colaborações destacam-se as estabelecidas

com a Profa. Conceição Perrone (através do projeto de pesquisa “A música nas igrejas da Bahia” e da sua atual pesquisa doutoral relativa à memória histórica da EMUS-UFBA), com o Prof. Manuel Veiga (através das pesquisas sobre as Modinhas e a “Impressão Musical na Bahia”, disponibilizado pela Internet em <<http://www.nemus.ufba.br/>>), com a Profa. Ilza Nogueira (através do projeto “Marcos Históricos da Composição Contemporânea na UFBA” também disponibilizado pela Internet em <<http://www.mhccufba.ufba.br/>>), assim como com o Prof. Jamary Oliveira, que vem trabalhando no desenvolvimento de ferramentas informáticas para análise de música gravada (o que será de grande utilidade no estudo musicológico de práticas interpretativas, assim como de música eletroacústica).

Depois de concluída a fase anterior, na presente etapa, denominada de “Afirmção regional e articulação federal”, espera-se iniciar o processo de catalogação em rede dos acervos relativos à música, constantes na Bahia. Para isto se aprofundará a parceria com o Sistema de Bibliotecas e o Centro de Processamento de Dados da UFBA, com a intenção de desenvolver o sistema de catalogação *on-line* antes mencionado (SICAMB) que, de acordo com critérios e normas de catalogação aceitas internacionalmente (como as promulgadas pelo RISM, em geral), sirva de base para permitir atingir tal objetivo de forma rápida e ergonômica.

Paralelamente e com o intuito de solucionar alguns dos problemas encontrados em diversas instituições possuidoras de acervos relativos à música, procurar-se-á, através de assessoria direta, desenvolver regulamentos e condições de disponibilização para pesquisa e divulgação dos documentos neles contidos; realizar a capacitação técnica e profissional, via projetos desenvolvidos em parceria, aproveitando para todo fim a cooperação recíproca através de redes de distribuição, como as estabelecidas nas listas de discussão desenvolvidas e mantidas em cooperação com o Prof. André Guerra Cotta (Pesquisador do Acervo Curt Lange da UFMG), sendo uma relativa a musicologia histórica brasileira (e acessível pela Internet em <<http://br.groups.yahoo.com/group/l-mhb/>>) e a outra relativa a Arquivos Musicais brasileiros (e acessível em <http://groups.yahoo.com/group/l_amb/>).

Devido a que vários acervos não institucionais carecem de condições mínimas de guarda, processamento e administração, tem-se iniciado gestões a fim de estabelecer a criação de um “Centro de

Documentação Musical na Bahia” (2004) em parceria com a Fundação Pedro Calmon, que permitiria a manutenção de tais acervos em solo baiano, disponíveis para pesquisa.

Finalmente, procurar-se-á estabelecer os fundamentos teóricos e práticos da área e das necessárias disciplinas centrais e as conexas, através de uma série de ciclos de palestras com convidados externos à UFBA, em Salvador.

5. Expectativas das Etapas 3 e 4 do PMBa

Para poder explicitar as expectativas das duas últimas etapas previstas para o projeto institucional de pesquisa PMBa, será preciso descrever cada uma delas.

A 3ª Etapa do PMBa, denominada “Expansão acadêmica, regional, nacional e internacional” prevê que, com a elaboração do projeto acadêmico em musicologia histórica na UFBA, tanto no nível de pós-graduação quanto de graduação, será possível iniciar a articulação e realização de eventos (e a eventual ampliação do corpo docente especializado) de caráter internacional relativos à musicologia histórica na Bahia.

Por sua vez, na 4ª Etapa, esperançosamente chamada de “Fim de uma etapa... Começo de outras...”, como em toda última etapa, está previsto, além da avaliação dos resultados finais do projeto como um todo (isto é, o estabelecimento definitivo da musicologia histórica na UFBA) o fato de servir de eventual modelo para outras instituições de caráter estadual ou federal do Nordeste, ou mesmo de outras regiões periféricas brasileiras.

Entre os resultados esperados em termos globais, poder-se-ia incluir: a) o resgate da memória cultural e musical histórica baiana (ou periférica, e eventualmente brasileira); b) o re-aquecimento do interesse e envolvimento da comunidade baiana com os aspectos musicais da sua história; c) a valorização do passado histórico musical e cultural baiano (ou da periferia que for); e d) o fortalecimento das relações comunitárias-acadêmicas-governamentais através da organização de seminários, eventos, palestras, e/ou publicações decorrentes do projeto PMBa.

6. Caminhos futuros da Musicologia Histórica brasileira

Como se desprende de todo o acima exposto, viemos aqui apresentar uma proposta não metropolitana (ou periférica, se preferirem) de estabelecimento e firmação da musicologia histórica enquanto área acadêmica a ser desenvolvida local e descentralizadamente.

O Estado de Goiás precisa urgentemente de ações neste sentido. Rico e importante é o seu patrimônio musical (tradicional, material e imaterial), tendo experimentado (e ainda hoje continua a vivenciar) vicissitudes semelhantes às que a Bahia vivenciou por muitos anos. A musicologia histórica deve-se estabelecer neste Estado e ser desenvolvida por goianos. E nenhum âmbito parece ser mais propício para tal iniciativa que o Mestrado em Música da Universidade Federal de Goiás.

Víamos aqui provocar e incentivar vocês enquanto “irmãos de periferia” acadêmica, política e institucional.

Move-nos apenas a vontade de sermos testemunhas, em futuro próximo, do desenvolvimento da musicologia histórica brasileira como área de inclusão. Inclusão não apenas do patrimônio musical material (independente do suporte) e/ou do patrimônio musical imaterial (via interfaces e diálogos interdisciplinares independentes da tradição). Inclusão também dos diversos âmbitos de discussão, elaboração e decisão teórica e conceitual, com aproveitamento das técnicas e tecnologias disponíveis e necessárias, incluindo assim (e se articulando em) as diversas regiões e Estados brasileiros de forma respeitosa e cooperativa (federativamente, digamos) e digna e corporativa (internacionalmente).

Procuremos por todos os meios que a musicologia histórica brasileira, nascida no século XX e hoje na plenitude da sua juventude, esteja representada e articulada de forma realmente federativa, ao tempo que seja respeitada enquanto referência internacionalmente aceita. Muito obrigado.

Notas

- ¹ O texto aqui incluído foi apresentado em forma de palestra na mesa redonda *A Musicologia no Brasil do Século XXI* realizada durante o IV Seminário Nacional de Pesquisa em Música (SEMPEM) organizado pelo Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Música da Universidade Federal de Goiás em agosto de 2004,

contando com a participação dos Professores Maria Augusta Calado e Marshall Gaioso Pinto.

- ² Doutor em Música pelo Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal da Bahia (PPGMUS-UFBA). Professor visitante PRODOC-CAPES do PPGMUS-UFBA e Coordenador executivo e pesquisador do projeto “O Patrimônio Musical na Bahia”, associado ao Núcleo de Estudos Musicais (NEMUS), grupo de pesquisa coordenado pelo Prof. Dr. Manuel Veiga.
- ³ Exemplo disto aparece na participação de José Maria Neves na mesa-redonda II “Perspectivas da Pesquisa Musicológica na América Latina (séc. XVI a XX)” durante o I Simpósio Latino-americano de Musicologia (Curitiba, 1997). Cf. José Maria Neves, Arquivos de Manuscritos Musicais Brasileiros: Breve Panorama - Recuperação e propostas para uma sistematização latino-americana, In: *Anais I Simpósio Latino-americano de Musicologia* (Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1998), 137-163.